ANEXO

Nota Curricular

Sofia Alexandra Oliveira Neto Espinhal Torres
Data de nascimento: 2 de março de 1968
Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa “Luís Vaz de Camões”

Curso de língua inglesa, grau superior pela “Languarama School”, em Birmingham

Pós-graduação em “Legística e Ciência da Legislação”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Presidência do Conselho de Ministros, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Experiência profissional:

Advogada, de 1993 a 1995;

Assessora do Secretário de Estado da Administração Pública, de 1995 a 1997;

Adjunta do Conselho de Administração da Enatur, S. A., de 1997 a 2000;

Diretora do Gabinete Jurídico da Enatur, S. A., de 1999 a 2005;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, de 2005 a 2009;

Diretora de Turismo e Hotelaria da Fundação Inatel, de 2009 a 2011;

Técnica Superior da Equipa Multidisciplinar da Utilidade Turística e do Interesse para o Turismo do Instituto do Turismo de Portugal, de 2011 a 2013;

Jurista, de 2014 a 2016;

Técnica Especialista do Gabinete da Secretário de Estado do Turismo, de 2016 a 2017.

311034795

Despacho n.º 672/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista no meu gabinete o licenciado Bruno Sérgio Alves Simões.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o designado desempenhará as respetivas funções no âmbito das suas habilitações e qualificações profissionais.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos no dia 8 de janeiro de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

29 de dezembro de 2017. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome: Bruno Sérgio Alves Simões.

Data de nascimento: 11 de setembro de 1988, em Vila Nova de Famalicão.

Habilitações académicas: Licenciatura em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (2009).

Experiência profissional: Jornalista no Jornal de Negócios entre 2009 e 2017.

311034884

**AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL****Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura
e Alimentação****Despacho n.º 673/2018**

O Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto, transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2010/63/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2010, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos.

No desenvolvimento do regime constante do mencionado Decreto-lei, a Portaria n.º 260/2016, de 6 de outubro, fixou a composição e o funcionamento da Comissão Nacional para a Proteção dos Animais Utilizados para Fins Científicos (CPAFC), tal como preconizado no n.º 4 do artigo 55.º do mencionado Decreto-Lei.

Esta portaria, por seu lado, no n.º 3 do seu artigo 3.º, estatui que os membros da CPAFC serão designados por despacho do membro do governo responsável pela área da veterinária. Tendo presente a necessidade de dar cumprimento à referida disposição, importa designar os elementos que compõem a CPAFC.

Assim, ao abrigo do n.º 3, do artigo 3.º, da Portaria n.º 260/2016, de 6 de outubro, e de acordo com as competências que me foram delegadas pelo Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, nos termos do Despacho n.º 5564/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho de 2017, alterado pelo Despacho n.º 7088/2017, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto, determino o seguinte:

1 — Designo, para integrarem a Comissão Nacional para a Proteção dos Animais Utilizados para Fins Científicos, de ora em diante designada por CPAFC, os seguintes membros:

a) A Professora Doutora Yolanda Maria Vaz, em representação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);

b) A Doutora Olga Mafalda Salvador Conde Moreira, em representação do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV);

c) A Mestre Maria João Pereira Figueira Alves, em representação do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P. (INSA);

d) O Doutor Carlos Alberto Fernandes de Almeida Pereira, em representação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT);

e) A Professora Doutora Isabel Vitória Neves de Figueiredo Santos Pereira, em representação da Sociedade Portuguesa de Ciências em Animais de Laboratório (SPCAL);

f) O Professor Doutor George Stilwell, em representação da Ordem dos Médicos Veterinários (OMV);

g) O Professor Doutor António José Arsénia Nogueira;

h) A Doutora Isabel Maria Fidalgo dos Santos Silva Carvalho;

i) O Doutor Vítor Silva Entrudo Fernandes.

2 — Nas suas ausências e impedimentos os membros referidos designarão casuisticamente os respetivos substitutos.

3 — Para assegurar o secretariado da CPAFC, da responsabilidade do representante da DGAV, é designada a Dr.ª Ana Paula Constantino Mendonça Martins.

4 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

311036828

**Gabinete do Secretário de Estado das Florestas
e do Desenvolvimento Rural****Despacho n.º 674/2018**

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 59/2017, de 8 de maio, aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado que tem como objetivos:

I) O desenvolvimento de ações de prevenção estrutural duráveis e sustentáveis, promovendo a compartimentação dos espaços através da criação de descontinuidades do coberto vegetal em faixas ou mosaicos estrategicamente localizados, reduzindo a quantidade de combustível acumulado;

II) Contribuir para o uso da técnica de fogo controlado na gestão silvícola do território.

Pretende-se com a implementação deste programa, recorrendo à utilização da técnica de fogo controlado regulada pelo anexo ao Despacho n.º 7511/2014 de 9 de junho, contribuir para a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios através da compartimentação estratégica das áreas florestais, permitindo aumentar a segurança de intervenção das equipas de supressão de incêndios e diminuir os impactos e efeitos do fogo nesses locais.

Determinou o Programa Nacional de Fogo Controlado, de acordo com n.º 1 do artigo 2.º da RCM n.º 59/2017, de 8 de maio, que compete ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), no exercício de funções de autoridade florestal nacional, o delineamento do plano nacional de fogo controlado onde constam as áreas prioritárias de intervenção, a estimativa dos custos totais e dos custos médios de operação.

Compete ainda monitorizar anualmente o citado plano, avaliar os resultados da sua implementação e o impacto na redução de área ardida, nos termos do disposto nos artigos 2.º e 3.º da supramencionada RCM.

Para a concretização do uso da técnica do fogo controlado é necessário a apresentação de um plano de fogo controlado, onde consta a demarcação da área onde se pretende intervir e em que moldes se deve fazê-lo, conforme determinado pelo artigo 12.º do anexo ao Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho, que homologa o Regulamento do Fogo Técnico.

Dada a importância das áreas prioritárias identificadas no plano nacional de fogo controlado, o Estado determina a possibilidade de um apoio para a execução da técnica de fogo controlado em território continental. Este apoio é assegurado pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), criado pelo Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, alterado pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, e instrumento financeiro relevante para a concretização dos objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, através do seu eixo de intervenção da defesa da floresta contra incêndios, referido na alínea b) do artigo 5.º da Portaria n.º 77/2015 de 16 de março, na sua redação atual, e através da subalínea iii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º que define a tipologia da ações elegíveis.

Considerando que o Regulamento do FFP prevê no n.º 2 do seu artigo 11.º, que a concessão de apoio financeiro pode ter lugar em regime forfetário, importa definir o limite máximo por correspondência à atividade desenvolvida.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º e no artigo 27.º do anexo à Portaria n.º 77/2015, de 16 de março, na sua redação atual, determino o seguinte:

1 — O apoio é concedido em regime forfetário às ações prioritárias previstas no plano nacional de fogo controlado.

2 — O valor do apoio anual é estabelecido em função da área submetida à técnica do fogo controlado nas áreas definidas pelo ICNF, I. P., de acordo com o plano nacional de fogo controlado.

3 — O valor do apoio financeiro é de 120,00 €/ha de acordo com a área de fogo controlado executada em áreas que maximizem utilização de barreiras físicas naturais, impeditivas da progressão do fogo fora do seu limite exterior ou em áreas onde se procedeu à realização dessas barreiras.

4 — O presente despacho produz efeitos a 29 de dezembro de 2017.

2 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Pisoeiro de Freitas*.

311044588

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho n.º 675/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30-08, Lei n.º 64-A/2008, de 31-12, Lei n.º 3-B/2010, de 28-04, Lei n.º 64/2011, de 22-12, Lei n.º 68/2013, de 29-08 e Lei n.º 128/2015, de 03-09 e nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07-01, o Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural, técnico superior, Francisco José Gouveia Alves Pimenta, na sequência dos meus Despachos n.ºs 8885/2017, de 01-09, e 9472/2017, de 16-10, publicados respetivamente, nos Diários da República, 2.ª série, n.ºs 194, de 9-10, e 207, de 26-10, subdelega nos dirigentes e responsáveis identificados, as competências a seguir discriminadas:

1.1 — Chefe de Divisão de Apoio à Produção, técnica superior, Maria Eduarda Pauzinho Pontes da Silva Moraes:

a) Autorizar deslocações diárias em serviço no território nacional, dentro dos limites fixados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24-06;

b) Autorizar a condução dos veículos afetos à Direção de Serviços, mediante adequada fundamentação da necessidade de deslocação.

1.2 — Chefe de Divisão de Ambiente e Infraestruturas, técnica superior, Constança Ramalho Ambrósio Franco Gomes:

a) Emissão de declarações de planeamento de operações de lamas (DPO);

b) Coordenação da intervenção da DRAP Alentejo nos processos de elaboração, alteração ou revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) e Planos específicos de Ordenamento do Território (PROT's) e emissão dos respetivos pareceres;

c) Autorizar deslocações diárias em serviço no território nacional, dentro dos limites fixados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24-06;

d) Autorizar a condução dos veículos afetos à Direção de Serviços, mediante adequada fundamentação da necessidade de deslocação.

1.3 — Chefe de Divisão de Sanidade Vegetal e Segurança Alimentar, técnico superior, Rui Alberto Rosa Rosado:

a) Autorizar deslocações diárias em serviço no território nacional, dentro dos limites fixados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24-06;

b) Autorizar a condução dos veículos afetos à Direção de Serviços, mediante adequada fundamentação da necessidade de deslocação.

1.4 — Responsável pelo Centro de Experimentação do Baixo Alentejo, técnico superior, Carlos Manuel Varela Bettencourt:

a) Autorizar deslocações diárias em serviço no território nacional, dentro dos limites fixados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24-06;

b) Autorizar a condução dos veículos afetos ao Centro, mediante adequada fundamentação da necessidade de deslocação.

1.5 — Responsável pelo Centro de Experimentação dos Lameirões, técnico superior, Manuel Rosairinho Guerreiro:

a) Autorizar deslocações diárias em serviço no território nacional, dentro dos limites fixados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24-06;

b) Autorizar a condução dos veículos afetos ao Centro, mediante adequada fundamentação da necessidade de deslocação.

2 — O presente despacho ratifica todos os atos entretanto praticados pelos dirigentes e responsáveis referidos, desde 1 de setembro de 2017 até à data da sua publicação.

16 de novembro de 2017. — O Diretor Regional, *Francisco M. Santos Murteira*.

311037687

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 676/2018

Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 48.º e no artigo 55.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e no uso das minhas competências delego no Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, o Mestre José Carlos Dias Simão:

1 — Poderes para a prática de todos os atos, subsequentes à decisão de contratar, de autorização para a realização de despesa e de escolha do procedimento, bem como de aprovação das peças procedimentais e de nomeação do júri do procedimento por concurso público, nos termos do disposto da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) relativo à "Empreitada de Construção da Obra Marítima de Abrigo na Zona Piscatória de Angeiras.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ratificando-se todos os atos entretanto praticados pelo Diretor-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, que se incluam no âmbito presente da delegação de competências.

22 de dezembro de 2017. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

311030728

Gabinete do Secretário de Estado das Pescas

Despacho n.º 677/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de Técnico Especialista do meu Gabinete, a seu pedido, o licenciado Manuel Alberto Reis Alves Gomes, para o qual foi nomeado através do meu Despacho n.º 4677/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2017.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

22 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado das Pescas, *José Apolinário Nunes Portada*.

311034876